

## A energia em Camicuã

*Raquel Lima da Silva*<sup>1</sup>

### *Introdução*

**P**opulações Indígenas são chamadas a todo o momento a um processo de desenvolvimento sob uma lógica capitalista, que compromete a vivência e a permanência desses povos de maneira autônoma em seus territórios, daí a importância de pensar sobre os projetos dos órgãos governamentais em terras indígenas (TIs). O presente trabalho tem o intuito de abordar um exemplo local desse processo: a chegada da energia elétrica em uma comunidade indígena da etnia Apurinã, na aldeia Camicuã, localizada às margens do rio Purus em Boca do Acre, sudoeste do Amazonas, tentando entender as implicações decorrentes da instalação da energia elétrica na comunidade e pensando as transformações ocorridas junto aos sujeitos envolvidos. O trabalho tem como foco questões que envolvem direta e indiretamente a chegada da energia elétrica - tais como a inserção da televisão e outros eletrodomésticos - gerando novos padrões de consumo e comportamento na aldeia, e ainda a maneira pela qual serão conseguidos os recursos financeiros para o pagamento da conta de luz.

### *Os Apurinã*

Nação do tronco linguístico aruak, o contato inicial com os Apurinã se deu a partir das primeiras expedições para explorar os rios e catequizar os índios da Amazônia. Vivem no estado do Amazonas, na região dos rios Juruá, Jutáí e Purus e ao longo da estrada que liga Rio Branco (AC) a Boca do Acre (AM). Sua população, em 1999, segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), era de 2.779 pessoas.

---

1 Mestre em desenvolvimento regional – Universidade Federal do Acre.

A TI Camicuã foi demarcada em 1985, possui 58.519 hectares, com quatro aldeias: Camicuã, Centrim, Katispero e Praia Nova. Concentrei meus estudos na aldeia Camicuã.

A população de Camicuã é de 400 índios divididos em aproximadamente 64 famílias, segundo as lideranças locais. Existem três grupos familiares entre os Apurinã, o xuapurineiro, miotmanet e o quarineri, sendo que em Camicuã só existem xuapurineiro e miotmanet. Os casamentos só podem ocorrer com casais de clãs diferentes e não é admitida a poligamia, como acontecia entre seus antepassados. As mulheres podem namorar e escolher seus próprios maridos e há casos de índias casadas com brancos.

Suas casas hoje são nos moldes das casas da cidade de Boca do Acre, de madeira, com portas e janelas, cobertas de amianto, diferentemente de dez anos atrás, quando fiz minha primeira visita a Camicuã, onde, na ocasião, suas casas ainda eram de paxiúba cobertas de palha, com um ou dois cômodos no máximo e apenas com algumas aberturas laterais para ventilação. As famílias vivem separadamente, cada núcleo familiar em um lar diferente.

Eles vivem basicamente da caça, da pesca e do cultivo de macaxeira e milho, como antigamente. Utilizam a macaxeira para fazer farinha para o próprio consumo e comercialização do excedente. Um dos projetos implementados a partir da chegada da energia elétrica foi justamente uma casa de farinha comunitária movida à energia elétrica. Mais recentemente, inseriram o cultivo de feijão e arroz. As mulheres cuidam das crianças, ajudam na lavoura e produzem artesanato de barro e de palha para a venda na cidade.

Os Apurinã de Camicuã são conhecidos por sua coragem e energia. Muitos conflitos graves já foram registrados entre os próprios índios, além de outras tantas desavenças com fazendeiros e colonos, algumas culminando mesmo em morte.

Com relação ao ritual sagrado da dança, de acordo com relatos dos índios mais antigos entrevistados durante a pesquisa, a única que ainda é registrada é o xingané, celebração feita pelos parentes do defunto durante o período de luto. Hoje o xingané representa a cultura dos Apurinã, é seu orgulho. Quando no roteiro de pesquisa, eu perguntava qual a religião do sujeito em questão e eles respondiam “minha religião é minha cultura”, tanto que em qualquer celebração ocorrida na aldeia, hoje, eles se vestem com suas saias feitas da fibra de buriti, seus cocares, dançam o xingané e bebem a caiçuma.

Atualmente não existe pajé em Camicuã, os descendentes do último se recusaram a passar pelo ritual - e por suas privações - necessário para se tornarem pajé. Porém, mesmo sem praticar alguns rituais antigos e tendo sido introduzidas, na aldeia, religiões como católica, protestante e daimista, de

alguma maneira esses índios ainda estão ligados à concepção xamânica do passado, quando atribuem as enfermidades e a morte à feitiçaria de outros índios, quando utilizam ritualmente ervas da mata para auxiliar no tratamento das doenças, ou mesmo quando dançam celebrando seus mortos.

### *A chegada da energia elétrica*

Os Apurinã de Camicuã falam que o processo da chegada da energia elétrica foi muito desejado, processo longo e delicado. Quando Antônio Ferreira da Silva Apurinã, 48 anos, nascido em Camicuã, administrador executivo regional da Funai de Rio Branco até meados de 2009, esteve como diretor de assistência da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Brasília, conseguiu recursos da ordem de R\$ 50 mil que poderiam ser destinados à implantação de energia elétrica na TI. Para tanto, deveria ser acordado com a prefeitura de Boca do Acre que o restante do dinheiro sairia dos cofres do município. O acordo não foi feito, o recurso inicial era insuficiente como contrapartida e a prefeitura alegou não ter dinheiro para aquele tipo de investimento.

Motivado por outra funcionária da Funai de Brasília e através da Coordenação de Proteção às Terras Indígenas da Funai que media a passagem de energia elétrica em terras indígenas, Antônio, entre os anos de 2003 e 2004, saiu em busca de recursos em outros órgãos governamentais, quando entrou no circuito do “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz para Todos”, criado pelo Decreto n. 4.873, de 11 de novembro de 2003, e que tem como objetivo levar a energia elétrica às comunidades do meio rural, para que elas empreguem a energia como motor de desenvolvimento social e econômico, “contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar”.<sup>2</sup> Além disso, o governo considera a expansão da energia elétrica um componente facilitador da integração de outros programas sociais, como o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e operacionalizado com a participação da Eletrobrás, governos estaduais e empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Após a elaboração e aprovação do projeto para Camicuã, em 2004, foram feitas várias reuniões entre os Apurinã, a administração executiva regional de Rio Branco, a Coordenação da Funai de Brasília e a Companhia Energética do Acre (Eletroacre) para informar todo o processo ocorrido e comunicar

---

2 Ministério de Minas e Energia disponível em [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br), acesso em setembro de 2007.

que a energia elétrica chegaria até a aldeia. A luta para conseguir o recurso estava ganha, contudo a batalha para implementação se iniciara - como nos elucidada, em entrevista concedida, Francisco Gonçalves, 53 anos, Apurinã de Camicuã e líder:

...eles explicaram né, que tinha o projeto do governo federal que é o programa “Luz para Todos” e eles conseguiram né, daí a gente lutou, a gente lutou pra que essa luz chegasse aqui, mas não foi fácil não.

De acordo com o relato dos Apurinã, o que foi difícil nesse processo foi a demora na execução do programa. O processo licitatório ocorreu em Manaus, sob responsabilidade da Companhia Energética do Amazonas (Ceam). A implementação ficou a cargo de uma firma terceirizada, vencedora de concorrência e que, segundo relatam os agentes da Ceam, foi a responsável pela demora na realização projeto. Todo mês, os Apurinã eram informados que os responsáveis estavam chegando para executar o serviço e o fato nunca se sucedia. Eles contam que foi uma situação “desesperadora”, eles não confiavam mais nos agentes da Ceam e começaram a querer cobrar do então administrador executivo regional da Funai de Rio Branco, Antônio Ferreira da Silva Apurinã uma posição frente ao que ocorria. Antônio, na tentativa de apaziguar os ânimos, explicava que o processo era demorado mesmo, que o projeto era grande e pedia que os índios tivessem paciência porque o governo tinha a intenção de estender a energia para todos os lugares do meio rural e Camicuã era um ponto estratégico porque já existia um bairro muito próximo chamado São Paulo de onde poderia ser retesada a energia.

Outro fato que causou alvoroço entre os Apurinã foi saber que todo o material necessário para a instalação da energia na aldeia estava no depósito da Ceam em Boca do Acre. Algumas lideranças, incluindo alguns brancos de um bairro chamado Terra Firme que também seriam beneficiados, reuniram-se e foram até a sede da companhia pedir uma posição. Uma das lideranças indígenas falou pessoalmente com o coordenador do “Luz para Todos” do Amazonas, que assegurou que a equipe já estava sendo destacada para cumprir com o projeto.

Depois de muitas conversas e reuniões, a equipe da Ceam de Manaus chegou para medição das terras, no final de 2004. No projeto original, a energia era para alcançar até a aldeia Katispero, a um quilômetro de Camicuã, contudo nem os indígenas, nem os agentes da companhia souberam informar porque só foi instalada em Camicuã.

Os índios tratam o fato como uma “conquista”, acreditam que só a partir da pressão deles sobre a Funai e a Ceam é que tudo pôde ser cumprido. E finalmente, em maio de 2006, a equipe chega para executar o serviço.

Depois de iniciada a instalação, outros episódios aconteceram em função, mais uma vez, da demora no término do trabalho. Um dos Apurinã discutiu com um electricista da firma, achando que o processo poderia ser mais rápido e que o rapaz estava “enrolando”, o electricista foi posto para fora da aldeia. Criou-se um novo fato, os trabalhadores da firma não queriam mais executar o serviço por medo de entrar na aldeia e sofrerem algum tipo de represália. Novamente foi necessária a intervenção da administração regional, da Funai de Brasília e da Ceam para resolver a questão. Após a interrupção da obra por mais de um mês, fizeram uma reunião em Rio Branco com as lideranças de Camicuí, um representante do MME, um representante da Funai de Brasília, o administrador executivo regional de Rio Branco, o coordenador do “Luz para Todos” de Manaus e o presidente da Eletroacre, para discutir e resolver o problema, pois os agentes alegavam que tinham medo de serem presos pelos Apurinã ao tentarem retomar o trabalho na aldeia, porque esta era a intenção deles, prender os agentes e só libertá-los após o serviço finalizado. As lideranças tiveram de assegurar a integridade física dos trabalhadores para que o trabalho fosse concluído.

Foram narrados pelos agentes dois episódios de discussão da equipe da Ceam com os Apurinã: no primeiro, em outubro de 2006, uma engenheira ambiental que trabalha no “Luz para Todos” - que iria orientar os índios sobre o tipo de madeira apropriada para fazer os postes - foi presa pelos índios e eles diziam que só deixariam ela voltar para cidade quando a firma encarregada da obra chegasse até a aldeia. Um dos agentes foi até Camicuí e conseguiu convencê-los a soltar a engenheira. O segundo episódio foi ainda mais sensível: um Apurinã chegou à aldeia bêbado, vindo da cidade, e quis agredir um dos técnicos da firma que trabalhava na instalação da energia, o técnico revistou a agressão e o Apurinã foi até sua casa pegar uma espingarda para atirar no rapaz; os dois saíram correndo pela aldeia, felizmente o técnico conseguiu esconder-se numa das casas.

O que é interessante, nesse processo, é um outro tipo de relação estabelecida entre alguns Apurinã e as intervenções do Estado na aldeia, o que nos remete a uma forma de poder não oficial, não “tutelar”.

Outro fato interessante foi a retirada dos postes, desta vez o ponto em discussão foi com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). O programa “Luz para Todos” prevê a instalação de postes de madeira nas regiões de difícil acesso. Camicuí fica na margem esquerda do rio Purus, seria inviável a travessia de postes de concreto em pequenas embarcações, sem falar no transporte terrestre que teria de ser feito a partir de Rio Branco. O Ibama não autorizou a retirada dos postes na cidade de Boca do

Acre. Por esta razão, foi acordado entre os Apurinã e a empresa terceirizada em uma reunião, que os postes seriam retirados no interior da TI e por cada poste seria pago um valor de R\$ 100. Contudo, não foi pedida autorização do Ibama para retirá-los de Camicuã e a entidade ambiental barrou o processo. Outra vez negociações entre as entidades governamentais e os índios para resolver a questão. O instituto autorizou, depois de algumas negociações, levando um especialista em meio ambiente para auxiliar os Apurinã na retirada e foi vedada a entrada de tratores para fazer o trabalho.

Os postes foram liberados pelo Ibama, entretanto, chamou-me a atenção o diâmetro dos postes instalados em Camicuã, levando-me mesmo a conversar com os agentes da Ceam. Seus relatos apontam questões no mínimo intrigantes no projeto. Eles reconhecem a importância da energia elétrica para Camicuã, mas questionam a qualidade do trabalho feito. Em menos de seis meses já caíram dois postes e eles responsabilizam a firma contratada. A revolta dos Apurinã frente à empresa é o reconhecimento da má qualidade do serviço constatada pelos próprios índios. Normalmente as vistorias e liberações das obras de instalação de energia elétrica são feitas pelos agentes da Ceam de Boca do Acre, no entanto a obra da aldeia foi atestada por um engenheiro da Ceam de Manaus e os agentes questionam as causas de uma obra como aquela, com problemas visíveis, ter sido atestada. A energia que passa em Camicuã é de alta tensão, eles falam em risco de acidente em função da má qualidade dos postes. Uma nova avaliação foi feita pelos técnicos de Boca do Acre, neste laudo consta a real situação da aldeia e foi entregue à companhia em Manaus. A firma responsável foi chamada e já está previsto um melhoramento na rede elétrica. Os técnicos afirmaram que não foi feito nenhum trabalho educacional referente aos perigos que a energia pudesse trazer, trabalho normalmente realizado pela companhia, apenas foi proferida uma palestra com relação à economia de energia.

Os agentes relatam também sua preocupação com o pagamento das faturas já entregues, eles acreditam na dificuldade que os Apurinã terão em saldar suas contas com a Ceam. Em função do clima de hostilidade durante o projeto, hoje eles já pensam nas condições de adversidade entre eles se for necessário efetuar cortes de energia.

Finalmente, em março de 2007, foi comemorada a instalação da energia elétrica em Camicuã com um xingané - dança representativa da cultura Apurinã, que condensa sua identidade frente aos “brancos” - com a presença de várias entidades que estiveram envolvidas no projeto.

## *As implicações*

Os Apurinã têm luz, não precisam mais comprar nem velas, nem combustível para colocar nas lamparinas. Um fato curioso entre eles é que poucos conheciam o programa “Luz para Todos”, eles apenas sabiam tratar-se de um programa do governo brasileiro.

A energia proporcionou consideráveis melhorias, na opinião dos habitantes de Camicuí, e tem os estimulado a pensar em outros tipos de investimentos, principalmente na área econômica.

As lideranças pensam em adquirir uma beneficiadora de arroz, pois o arroz plantado em Camicuí é beneficiado por um comerciante da cidade, que, segundo os índios, fica com a metade do arroz beneficiado.

A extração do açaí também é uma atividade muito difundida entre os Apurinã de Camicuí, tem uma aceitação muito boa na cidade. Eles têm um projeto para adquirir uma máquina para beneficiar a polpa de açaí dentro da aldeia. A extração e comercialização de água mineral também está nos planos, desde que firmada a parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a implementação do projeto. Uma oficina de artesanato está sendo pensada junto com a Funai para ajudar na renda e divulgar o trabalho dos Apurinã.

Uma unanimidade entre os Apurinã é a “água gelada”, muitos deles já conheciam por conta da proximidade com a cidade, hoje ela é uma realidade, alguns índios já têm geladeira dentro de casa. “Água gelada” foi instituída por eles como uma forma de inclusão e é elucidada quando um dos Apurinã diz: “...índio não é animal, índio é ser humano, também tem direito de tomar água gelada”. O uso da geladeira também está associado à conservação de carne de caça, que antes tinha de ser salgada para ser consumida posteriormente. Alguns índios comercializam “suco gelado” que, na hora do almoço, também é bastante apreciado.

Os recursos financeiros que fazem circular dinheiro dentro da aldeia são obtidos através da venda dos produtos agrícolas, excedentes em seus roçados, principalmente da venda da farinha, do feijão, do açaí e da comercialização de peixes e de pequenos animais criados nos quintais das casas. Hoje também temos alguns índios funcionários, são professores, agentes agroflorestais, agentes de saúde e zeladores dos banheiros comunitários. Outra fonte de renda para eles são as aposentadorias de alguns índios. Mais recentemente os Apurinã foram beneficiados com um outro programa do governo Federal, o “Bolsa Família”, que, segundo informações da Secretaria de Assistência Social de Boca do Acre, beneficia cerca de 60% das famílias de Camicuí que têm crianças em idade escolar. O salário maternidade também é um benefício muito

solicitado entre os Apurinã. De fato o “poder aquisitivo” dos Apurinã e a circulação de dinheiro hoje em Camicuã é bem maior que há dez anos, quando iniciei minha primeira pesquisa, e isso é constatado pelas reformas feitas nas casas da aldeia e pela quantidade de eletrodomésticos existentes nas residências.

Um dos pontos mais tocados por eles é a questão da água encanada. Camicuã fica em um paredão de barro a cerca de 500 metros acima da margem do rio Purus na vazante, que ocorre mais ou menos nos meses de agosto e setembro. Sua nascente de água fica a uns 250 metros. O trabalho de buscar água para beber, cozinhar e lavar louças e roupas é das mulheres. Com a chegada da energia, a Funasa pôde investir no encanamento da água da nascente direto até as casas dos Apurinã no topo da aldeia e na construção de banheiros comunitários. Esse fato transforma a questão do trabalho sob a ótica de gênero, ele não só aliviou muito a labuta diária das mulheres, como ajuda na disponibilização de um tempo maior de dedicação a outras atividades. E o que é melhor, segundo eles, é que a energia consumida é de responsabilidade da própria Funasa.

Outro ponto comum do discurso é a televisão que, para eles, pode trazer muita “coisa errada”, mas pode trazer “muita informação”. Os jornais são o programa preferido e “... pode ajudar o índio a saber andar por aí”. O horário de permanência no trabalho foi adaptado em função do eletrodoméstico: os mais jovens são acusados de não quererem mais trabalhar no roçado para ver televisão, principalmente na hora das novelas. E não se dorme cedo mais em Camicuã, “só depois do filme que começa depois da novela, e se o filme não prestar a gente coloca DVD”. O importante é que a televisão traz uma mudança significativa na relação dos Apurinã como tempo. O tempo não está mais relacionado com o amanhecer e com o entardecer, mas com a programação da TV.

Incorporar a televisão no cotidiano, para alguns, não é salutar. Antes da televisão, era costume reunir-se na casa de algum parente para ouvir as histórias dos antepassados contadas pelos mais antigos da aldeia. Hoje, quando isso acontece, depende do término do jornal, do filme ou da novela. Alguns vão mais longe: têm medo de os índios não falarem mais a língua apurinã em função das crianças se interessarem mais pela televisão, em detrimento da aprendizagem da língua.

Um projeto de escola noturna também está entre os planos. Já houve uma conversa com a prefeitura, pois a educação na aldeia é financiada com 40% de recursos do município e 60% de recursos do estado, inclusive o pagamento da energia da escola é custeado por essas duas instâncias governamentais, mas existe uma divergência em relação ao número de alunos: para os Apurinã a demanda é suficiente, já para o município, não compensa contratar mais um

professor no turno da noite, e como eles mesmos dizem “a gente vai brigar”.

Todos os moradores da aldeia consideram a energia elétrica um fato muito positivo e uma grande conquista para os Apurinã, no entanto, junto com a energia, vieram algumas preocupações que antes não existiam entre eles. Uma delas diz respeito ao pagamento da energia. Os relógios em Camicuã são individuais, cada família recebe sua conta de luz. Apenas alguns espaços são de uso comunitário e o consumo da energia será rateado entre os usuários como, por exemplo, o do centro cultural, construído pela Universidade Federal do Acre é um grande chapéu de palha onde hoje acontecem as aulas do período da tarde durante a semana, a alfabetização de jovens e adultos aos sábados e também funciona como salão de reuniões; o da casa de farinha movida à energia elétrica, que era feita artesanalmente e foi um marco para eles; e de uma casa comunitária de costura para as mulheres fazerem o artesanato. Foi informado aos índios que seria cobrada a taxa mínima para a energia consumida, no entanto eles questionam a tarifa alegando que algumas residências têm registrado faturas mais elevadas que de algumas casas na cidade.

### *Considerações finais*

Ainda é muito cedo para avaliar todas as mudanças ocorridas em Camicuã com a chegada da energia elétrica. A complexidade da entrada da energia vai além do que pelos índios foi considerado de bom e de ruim.

O fato é que elas ocorreram e são visíveis. Ter “luz” faz parte de um projeto de inclusão para os Apurinã, como eles dizem “os Apurinã têm de acompanhar a tecnologia do ‘branco’ ”.

Os novos empreendimentos - como a beneficiadora de arroz, de polpa de açaí, extração de água mineral, oficina de artesanato - são projetos que podem trazer uma grande transformação econômica e social para Camicuã. A circulação de dinheiro na aldeia é cada vez mais visível, seja este dinheiro proveniente dos programas de transferência de renda do governo, seja dos “projetos econômicos” pensados por eles.

A incorporação da televisão muda substancialmente os hábitos dos Apurinã e a sua relação com o tempo. E tempo será necessário para calcular sua influência.

